

PLANO DE TRABALHO

rganização da Sociedade Civil Parceira:			
ROJETO EBENEZER			
NPJ		Data de abe	rtura do CNPJ
1.997.041/0001-37		31/07/2015	
gistro no Conselho (Se necessário)		Vigência do	Registro
egistro no Conselho Municipal de Assistê		Apresente ins indeterminad	scrição tem validade por tempo o.
		Banco do Bra	nsil
ados Bancários		Agência: 301	4-7
		Conta: 64.058	3-1 / 1/2/2/2/2/2/2/2/2/2/2/2/2/2/2/2/2/2/
Endereço			
ua Dona Inhazinha Castro, 227			
Bairro	Cidade		CEP
ousada Del Rey (São Benedito)	Santa Li	uzia	33.170-240
elefone		E-mail	
(31) 98808-2892/97562-8607		projetoebe	nezersantaluzia@gmail.com
Nome do Representante Legal			
Lucas Borges Ramos	2442-1117413170		
Endereço Residencial do Representante l	Legal		
Rua Joaquim Soares, nº 35 – Bairro Conjun	nto Cristina	(São Bened	ito) - SantaLuzia/MG - CEP.:33.110-030
CPF	R.G.		Telefone(s)
122.347.466-63	MG16.503 SSPMG	3.386-	(31) 99285-4165

0.5 Preteillus flunicipal de Conta Luzio-MC Secretaria preservoides air Codel e Clusteria





Período de Mandato da Diretoria

De 25/10/2021 a 25/10/2026

Prefeitura Municipal de Santa Luzia (MG)

Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania

Endereço

Praça Acacia Nunes Costa, 62-Frimisa, 33.030-970 - Santa Luzia, MG

CNPJ	Telefone	
18.715.409/0001-50	3136415223	

Pepresentante Legal

Luiz Sergio Ferreira Costa

Matrícula	CPF	R.G.	
34773	691.924.806–91	M – 3348281	

2.OBJETIVO GERAL DA PARCERIA:

Promover acolhimento institucional a crianças e adolescentes de 0 a 17 anos e 11 meses em situação de vulnerabilidade social.

3.DESCRIÇÃO DA REALIDADE:

Santa Luzia sendo uma cidade considerada de grande porte com mais de 220.000 habitantes, necessita de um local ondeas crianças vítimas de abusos, violência, negligência e abandono possam ficar até que seja localizada amília extensa ou os trâmites da adoção.

Tais crianças e adolescentes necessitam de um local seguro, que apresente condições de abriga-laser proporcionar qualidade devida, segurança física, emocional e nutricional, sem afastá-las do seu lugar de pertencimento.

4.OBJETO DA PARCERIA:

Abrigar até 20 crianças e adolescentes, de ambos os sexos, de 0 e 17 anos e 11 meses, provenientes do município de Santa Luzia, destituídos da guarda da família de origem e encaminhados pela Vara da Infância e Juventude, Conselho Tutelar e Ministério Público, garantindo a proteção de seus direitos e proporcionando condições dignas de vida, ambiente de acolhimento e integração familiar e social.

000L99



5.DESCRIÇÃO DA PARCERIA:

Os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes integram a Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Serão ofertadas 20 (vinte) vagas aos quais deste total, acolherar-se há crianças e adolescente em idades de 00 a 18 anos incompletos. Para a execução de um serviço mais qualificado, contamos com 02 (duas) casas, em locais distintos, aos quais uma casa acolhe meninas e a outra meninos. O total das 20 vagas, serão divididas entre as duas casas. Os endereços das casas são as seguintes:

- Endereço Acolhimento Institucional Casa Feminina (e meninos até 04 anos de idade): RUA ANGÉLICA, Nº 245, BAIRRO DUQUESA II, CEP. 33.170-370, SANTA LUZIA, MG.
- Endereço Acolhimento Institucional Casa Masculina (após os 05 anos e idade): RUA JOÃO LEONARDO DINIZ, Nº 115, BAIRRO MONTE CARLO, CEP. 33.172-210, SANTA LUZIA, MG.

Tal servço é organizado em consonância com os princípios, as diretrizes e as orientações contidas nas normativas e políticas nacionais, em especial aquelas diretamente relacionadas: ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) — Lei nº 8.069/1990; Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOBRH/SUAS); Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais — Resolução nº 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS); "Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes"- Resolução Conjunta nº 1/2009, do CNAS e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA); Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária; Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes; Diretrizes Internacionais para Cuidados Alternativos a crianças sem cuidados parentais.

Os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes atenderão aos seguintes princípios:

- Excepcionalidade do Afastamento do Convívio Familiar;
- Provisoriedade do Afastamento do Convívio Familiar;
- Preservação e Fortalecimento dos Vínculos Familiares Comunitários;
- Garantia de Acesso e Respeito à Diversidade e Não discriminação;
- Oferta de Atendimento Personalizado e Individualizado;
- Garantia de Liberdade de Crença e Religião; Respeito à Autonomia da Criança e do Adolescente.

600301



Para que os direitos de crianças e adolescentes sejam assegurados, torna-se necessária a participação efetiva da sociedade civil, investindo esforços para que este público tenha a proteção integral assegurada em lei. Neste sentido a entidade propõe-se a continuidade da parceria com o Município de SantaLuzia, objetivando o acolhimento institucional de criança sem situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal. A decisão quanto a execução deste serviço se dá a partir de suas experiências com ações de socialização infanto-juvenil, focadas na educação complementar e formação pessoal.

Segundo proposta do presente plano de trabalho, o Projeto Ebenézer abrigará no município de SantaLuzia/MG, crianças e adolescentes em condição de vulnerabilidade social, provenientes de todas as regiões de Santa Luzia, e tiveram seus direitos ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta,omissão ou abuso dos pais ou responsável; por razão de conduta dos responsáveis, vítimas de maus tratos, negligência, abandono familiar e entre outros. Encaminhados pelo Juizado da Criança e Juventude e Conselho Tutelar do município parceiro de SantaLuzia/MG.

O Scrviço de acolhimento Institucional Ebenézer também abrigará e tratará da inclusão das crianças e adolescentes com deficiência, seguindo o que é estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 54,inciso III, que determina que eles tenham atendimento de um educador especializado. Seguirá ainda a Lei Brasileira de Inclusão Lei 13.146/15 que garante as pessoas com e sem deficiência ao direito de conviver umas com as outras minimizando o preconceito e as barreiras. Serão desenvolvidas atividades que alcancem esse público sem causar prejuízos de aprendizado, nem exclusão no que se refere ao convívio nas horas do intra turno escolar e de convivência diária. Além de atendimento psicossocial com profissionais capacitadas.

A construção das ações que iremos executar deve respeitar os princípios previstos para o Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes em consonância com as Orientações Técnicas do Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, a saber:

Excepcionalidade do Afastamento do Convívio Familiar: O afastamento da criança e do adolescente deve ser uma medida excepcional, aplicada apenas nas situações de grave risco à sua integridade física e/ou psíquica. Ressalta-se que, em conformidade com o Art. 23 do ECA, a falta ou a carência de recursos materiais por si só não constituem motivos suficientes para afastar a criança ou o adolescente do convívio familiar. Do mesmo modo, caso haja criança, adolescente ou algum outro membro da família com deficiência, doenças infecto-contagiosas, transtorno mental ou outros agravos, isso não deve por si só motivar o afastamento do convívio





familiar ou a permanência em serviços de acolhimento.

Provisoriedade do Afastamento do Convívio Familiar: Todos os esforços devem ser empreendidos para que, em um período inferior a dois anos, seja viabilizada a reintegração familiar - para familia nuclear ou extensa, em seus diversos arranjos - ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para família substituta. A permanência de crianças e adolescentes em Serviço de Acolhimento por período superior a dois anos deverá ter caráter extremamente excepcional, e estar fundamentada em uma avaliação criteriosa acerca de sua necessidade pelo Sistema de Garantia de Direitos que acompanham o caso. Quando o prognóstico de permanência da criança e do adolescente no serviço de acolhimento for de mais de dois anos, deve ser encaminhado à Justica da Infância e da Juventude relatório baseado no acompanhamento da situação pelo serviço de acolhimento e em outros serviços da rede que também prestem atendimento à criança, ao adolescente sua família. Tal relatório será fundamental para subsidiar a avaliação, por parte da Justiça, quanto a melhor alternativa para a criança e o adolescente, seja a continuidade dos esforços para o retorno ao convívio familiar ou o encaminhamento para família substituta. Preservação e Fortalecimento dos Vínculos Familiares e Comunitários. Todos os esforços devem ser empreendidos para preservar e fortalecer vínculos familiares e comunitários das crianças e dos adolescentes atendidos em serviços de acolhimento. Esses vínculos são fundamentais, nessa etapa do desenvolvimento humano, para oferecer-lhes condições para um desenvolvimento saudável, que favoreça a formação de sua identidade e sua constituição como sujeito e cidadão. Nesse sentido, é importante que esse fortalecimento ocorra nas ações cotidianas dos serviços de acolhimento - visitas e encontros com as famílias e com as pessoas de referências da comunidade da criança e do adolescente, por exemplo. Crianças e adolescentes com vínculos de parentesco, não devem ser separados ao serem encaminhados para serviço de acolhimento, salvo se houver claro risco de violência.

Garantia de Acesso e Respeito à Diversidade e Não discriminação: A organização dos serviços deverá garantir proteção e defesa a toda a criança e adolescente que precise de acolhimento. Devem ser combatidas quaisquer formas de discriminação às crianças e aos adolescentes atendidos em serviços de acolhimento e às famílias de origem, baseadas em condição sócio-econômica, arranjo familiar, etnia, religião, gênero, orientação sexual, ou, ainda, por serem pessoas com necessidades especiais em decorrência de deficiência física ou mental, que vivem com HIV/AIDS ou outras necessidades específicas de saúde. O serviço deve possibilitar a oferta de um atendimento inclusivo e de qualidade. O Projeto Político Pedagógico do serviço deve prever estratégias diferenciadas para o atendimento a demandas específicas, mediante acompanhamento de profissional especializado. Além disso, a articulação com a política de saúde, de educação, esporte e cultura deve garantir o atendimento na rede local a estas crianças e adolescentes (serviços especializados, tratamento e medicamentos, dentre outros) e a capacitação e apoio necessário aos educadores/cuidadores e demais profissionais do serviço





de acolhimento. Tal aspecto é importante para garantir, de fato, um atendimento individualizado e personalizado, com estratégias metodológicas condizentes com as necessidades da criança e do adolescente. Os Serviços de Acolhimento devem buscar o crescente aprimoramento de estratégias voltadas à preservação da diversidade cultural, oportunizando acesso e valorização das raízes e cultura de origem das crianças e dos adolescentes atendidos, bem como de suas famílias e comunidades de origem. Destaca-se que a presença de deficiência ou de necessidades específicas de saúde não deve motivar o encaminhamento para serviço de acolhimento ou, ainda, o prolongamento da permanência da criança ou adolescente neste serviço.

Oferta de Atendimento Personalizado e Individualizado: O atendimento deverá ser oferecido para um pequeno grupo e garantir espaços privados, objetos pessoais e registros, inclusive fotográficos, sobre a história vida e desenvolvimento de cada criança e adolescente. A organização de condições que favoreçam a formação da identidade da criança e do adolescente implica o respeito à sua individualidade e história de vida. O planejamento do atendimento no serviço deve possibilitar, portanto, espaços que preservem a intimidade e a privacidade, inclusive, o uso de objetos que possibilitem à criança e ao adolescente diferenciar "o meu, o seu e o nosso".

Garantia de Liberdade de Crença e Religião: Os antecedentes religiosos de crianças e adolescentes devem ser respeitados tanto pelo serviço de acolhimento quanto por aqueles com os quais venha a manter contato em razão de seu acolhimento. Nenhuma criança ou adolescente deverá ser incentivado ou persuadido a mudar sua orientação religiosa enquanto estiver sob cuidados em serviço de acolhimento.

espeito à Autonomia da Criança e do Adolescente: A organização do ambiente de acolhimento também deverá proporcionar o fortalecimento gradativo da autonomia, de modo condizente com o processo de desenvolvimento e a aquisição de habilidades nas diferentes faixas etárias. O desenvolvimento da autonomia nos serviços de acolhimento não deve ser confundido, todavia, com falta de autoridade e limites. A liberdade deve ser vista como parceira da responsabilidade, considerando que uma não pode ser adquirida sem a outra.





6. FORMA DE EX	ALTERNATION OF THE PARTY OF THE			D
Metas Macro ações (resultados parciais) serem realizadas. Devem ser quantificáveis,verifi cáveis e com prazo definido.	Ações Operações concretas a serem realizadas para o atingimento da meta. Uma mesma meta pode exigir a realização demais de uma ação.	Indicadores Unidade de medida do alcance de uma meta. É a forma de aferição do cumprimento ou não da meta. Deve ser passível de verificação.	Documentos para verificação Documentos que contém os elementos para verificação dos indicadores. É o instrumental no qual o indicador pode ser analisado.Ex.fotografi as,Lista de presença, planilha, banco de dados, Certificados etc.	Prazo de execução Prazo em que a meta deverá ser atingida. Prazo de execução.
✓ Acolhimento.	✓ Realizar atendimento inicial,acolher fraternalmente.	✓ Número de acolhimentos ✓ Tempo de acolhimento.	 ✓ Ata de acolhimento. ✓ Ata de desligamento. 	✓ Sob demanda.
✓ Suprimento das necessidades básicas materiais gerais e específicas.	 ✓ Prover moradia, alimentação, higien ização e vestuário. 	✓ Número de crianças/ adolescentes assistidos	✓ Prontuário e PIA	✓ Sob demanda.
✓ Suprimento das necessidades médicas e psicológicas.	✓ Prover atendimento médico viarede SUS e realizar psicológico individualizado.	 ✓ Número de crianças/ adolescentes integrados ao SUS ✓ Número de crianças/ adolescentes sob atendimento psicológico. 		✓ Sob demanda.
✓ Educação, socialização e integração comunitária.	✓ Prover acesso à escola e/ou atividades pedagógicas, realizar atividades recreativas internas.	✓ Número de crianças/ adolescentes integrados à rede de ensino público.	V Prontuano e PIA	✓ Sob demanda.
✓ Reintegração ao convívio familiar.	✓ Realizar visitas monitoradas e domiciliares.	✓ Número de crianças e adolescentes reintegrados.	✓ Prontuário,PIA e relatórios	✓ Dois anos após início do acolhiment o, salvo exceções.





7.PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução será de 12 (doze) meses, considerando o início das atividades/ abrigamento tão logo seja disponibilizada a primeira parcela financeira do contrato. Sendo assim, o cronograma de ações poderá ser alterado em acordo com a Gestão Municipal, sem prejuízo das ofertas e adequações necessárias ao bom andamento dos processos e das entregas previstas.

Início: 01/06/2023

Finalização: 01/06/2024

Obs.: Podendo ser prorrogado conforme acordo entre as partes.

8.MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Comonitoramento poderá ser realiza do por meio de:

- Realização de Visitas Técnicas;
- · Por indicadores de atendimento;
- Prestação de Contas mensais ou conforme cláusula no Termo de Fomento e Colaboração;
- Relatório de atividades realizadas;
- Conforme as possíveis diretrizes e exigências previstas nas portarias de monitoramento e avaliação da Política de Assistência Social;
- Outras ações definidas em instrumento próprio pela Gestão Municipal.

9.PREVISÃO DE RECEITAS E DESPESAS

9.1-Previsão de Receitas

Recurso Público Município de Santa Luzia: R\$ 60.800,00 (mês)

*Quadro de orçamentos em anexo a este.



9.2-Previsão de Despesas

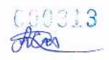
Natureza de Despesa ²	Nome da Natureza da Despesa³	Item de despesa Informar os itens específicos de despesa	Valor Médio de Mercado⁴ Média obtida por meio da orçamentação	Origem do Recurso? Repasse ou Contrapartida
	Despesa de pessoal – Salário	Salário Equipe de Trabalho, Adicional noturno, Férias, 13º sálario	RS 28.367,79	Repasse
and a	Despesa de pessoal Encargos sociais e trabalhistas	FGTS, INSS, PIS, Vale Transporte e Contribuição sindical.	R\$ 10.204,73	Repasse
1	Material de consumo	Alimentação, Higiene, Limpeza, Combustivel, Transporte, materialde escritório, etc.	R\$ 13,204,00	Repasse
	Material de e Serviços	Gás de cozinha, água, internet, aluguel, consultoria contabil, telefone, energia, medicamentos, aquisição de itens, maquinário predial, etc.	R\$ 9.023,48	Repasse
TOTAL MÊS			RS 60.800,00	Repasse

Obs.: Esses valores tabela dos para a administração financeira podem ser utilizados em rubricas diferentes já propostas neste plano caso seja necessários.

2 Verificar código padronizado junto ao órgão técnico de controle financeiro/orçamentário.

3 Incluir apenas aquelas que serão efetivamente utilizadas na realização da parceria por guardar relação com o objeto.

⁴ Juntamente ao plano de trabalho deverão ser apresentados documentos hábeis à comprovação da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado, conforme Art. 45, II, do Decreto Municipal n. 3.315/2018.





10.CONTRA PARTIDADA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: Não há contra partida para a realização de tal projeto. 11.CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO 1ª Parcela 2ª Parcela 3ª Parcela 4 ª Parcela 5 ª Parcela 6 ª Parcela R\$ 60.800,00 R\$ 60.800,00 R\$ 60.800,00 R\$ 60.800,00 R\$ 60.800,00 R\$ 60.800,00 7º Parcela 8 " Parcela 9ª Parcela 10 " Parcela 11 a Parcela 12 a Parcela R\$ 60.800,00 R\$ 60.800,00 R\$ 60.800.00 R\$ 60.800,00 R\$ 60.800,00 RS 60.800,00 12. ASSINATURA DA OSC SantaLuzia (MG), 3) 22.997.041/0001-37 PROJETO EBENEZER COMUNIDADE TERAPEUTICA Rua Inhazinha de Castro, 227 Nome/AssinaturadaOrganizaçãodaSociedade@vnousada Del Rey - CEP · 33.170-240 SANTA LUZIA - MG 13. APROVAÇÃO PELO MUNICÍPIO SantaLuzia (MG), de20 23

Chefe Executivo Prefeitura Municipal de Santa Luzia

000315